

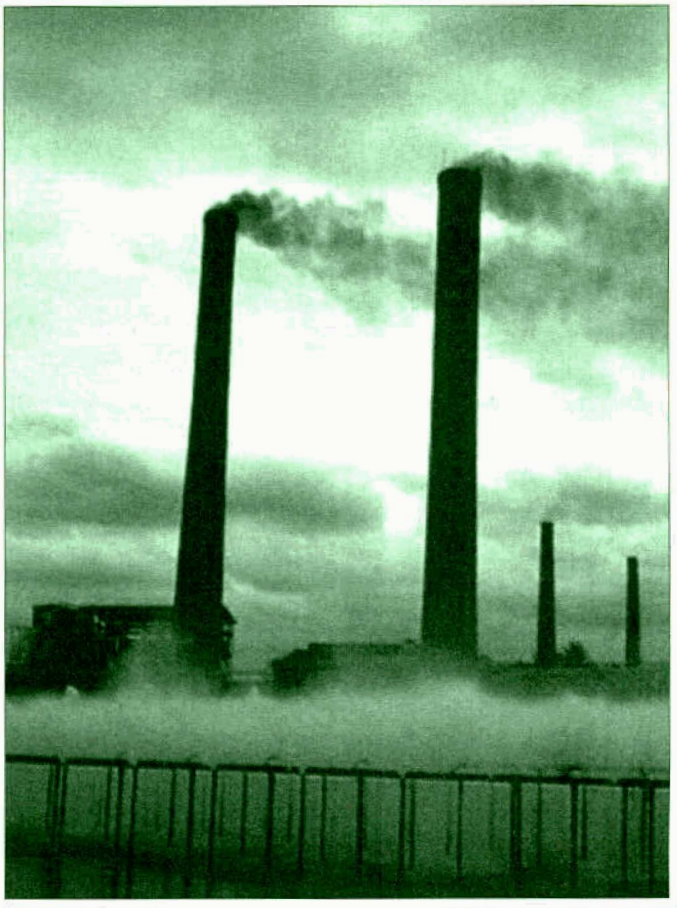
POLÍTICAS PARA O SETOR

Mais competitividade

O álcool hidratado precisa de uma política econômica e fiscal diferenciada para se viabilizar no mercado

ANTONIOCARLOSDEMENDESTHAME

O explosivo aumento dos preços internacionais do petróleo recolocou na pauta dos jornais e nas agendas dos governantes o tema fascinante da busca de um combustível alternativo.



EXEMPLO E TEMOR

O álcool carburante é assunto de ministérios em Brasília, secretarias em São Paulo, prefeituras e armazéns, padarias e postos de combustíveis em cidades brasileiras. Também é assunto em Genebra, Washington, Estocolmo ou Nova Déli, onde o álcool e o açúcar têm grande importância. Nessas discussões, o Brasil é, ao mesmo tempo, exemplo e temor.

É exemplo, quando visto sob a ótica da liderança e da criatividade no campo das energias alternativas, da competitividade em relação a outros países, dos impactos extremamente favoráveis da utilização do álcool e do bagaço da cana para o meio ambiente; para a geração e manutenção de empregos descentralizados pelo interior deste país continente; para a melhoria da balança comercial brasileira (exportação de açúcar e redução de importação de petróleo). Exemplo também por estar preparado para as crescentes dificuldades que o petróleo reserva para os países, num horizonte claro e assustador.

É temor, por outro lado, porque a fragilidade do álcool leva o país a acumular excedentes de açúcar e a gerar forte instabilidade no mercado internacional. Tais indefinições são exemplo negativo para países que se preparam para seguir o modelo brasileiro.

A CANA DOS TRÓPICOS

Comparada a outras culturas agrícolas produtoras de energia, a cana-de-açúcar é extremamente competitiva no Brasil e em regiões produtoras localizadas nos trópicos. Ela mostra condições peculiares sob a óptica das políticas implantadas:

a) é sazonal, e requer constantes investimentos;

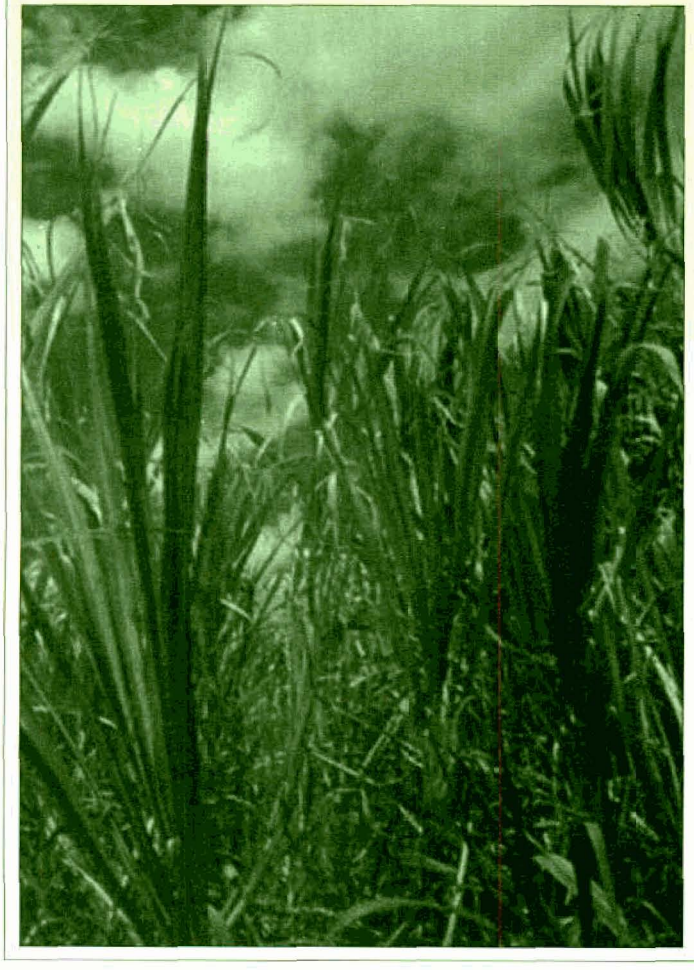
b) requer relacionamento local formal agricultura-indústria, pois não há como vender cana no mercado ou levar cana a longas distâncias;

c) requer solução de liquidez em face dos gastos concentrados em determinados momentos;

d) requer claras políticas para combustível (álcool *versus* derivados do petróleo);

e) requer união entre os vários agentes que participam da longa cadeia produtiva do setor, dados os seus produtos (açúcar, combustível líquido e energia elétrica).

O ÁLCOOL CARBURANTE É ASSUNTO EM VÁRIAS esferas, do governo ao comércio varejista nas cidades brasileiras; assim como em Genebra, Washington, Estocolmo ou Nova Déli. Nessas discussões, o Brasil é, ao mesmo tempo, exemplo e temor.



O DESENVOLVIMENTO DESEJADO

No Brasil, esses pontos têm sido trabalhados com muito empenho nos três níveis (federal, estadual e municipal). O mérito do estabelecimento de políticas públicas está centrado em alguns fatores cruciais para o desenvolvimento sustentado que se deseja: criação de empregos e aperfeiçoamento profissional; redução do efeito estufa (captura de CO_2 do ar pelo complexo canavieiro) e redução das emissões (álcool como aditivo e como combustível de veículos movidos a etanol); integração do país na estratégia de desenvolvimento rural global (internacionalização e redução do protecionismo nos países industrializados).

Em vista dessas questões-chave em que se insere a agroindústria canavieira nacional, os pontos básicos que ainda requerem políticas específicas são:

a) implantar o imposto seletivo sobre derivados do petróleo, com o objetivo de viabilizar, definitivamente, o álcool em mercado, campatibilizando-o com os derivados do petróleo, depois que tiveram preços e importação liberados – isso será possível através da transformação da atual parcela de suporte de preços na Petrobras em imposto seletivo sobre derivados do petróleo (portanto, tornar transparente o tributo hoje já existente);

b) dar ao álcool hidratado mais condições de competitividade, reduzindo parcialmente os impostos (hoje ICMS) incidentes, o que reduzirá o potencial de sonegação e dará credibilidade ao consumidor;

c) ter política fiscal diferenciada para o carro a álcool;

d) propiciar desenvolvimento tecnológico dos motores (como o carro flexível que o mecanismo Bosch permite);

e) buscar para o álcool a mesma liquidez do açúcar, através de financiamento dos estoques, criação de mercado futuro para o álcool (contrato futuro na BM&F), da abertura de mercado no exterior, de *warrantagem* e outros.

Essas condições constituem o alicerce para a revisão das questões urbanas e o desenvolvimento sustentado, influenciando a demanda de energia e o uso de veículos, sempre objetivando impactos positivos para toda a sociedade, com conseqüências favoráveis para a saúde, o emprego e a qualidade de vida.

Antonio Carlos de Mendes Thame é secretário estadual de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras em São Paulo e presidente da Amcesp.